

Amazônia também quer planejar o seu futuro

LUCIO FLAVIO PINTO
Correspondente em BELÉM

Ao elaborar os planos de desenvolvimento para a Amazônia, o governo tem concentrado o poder de criação nos organismos federais e prescindido de uma participação mais decisiva dos governos estaduais. Essas objeções foram apresentadas ontem, em Belém, pelos governadores do Pará e Amazonas, quando o Ministério do Interior fez a entrega oficial de quase 500 páginas de documentos contendo toda a programação prevista

para a região no próximo quinquênio, em grande parte criada e montada exclusivamente pela União.

Durante um dia e meio em que esteve em Belém, presidindo à reunião extraordinária do Conselho Deliberativo da Sudam, o ministro Rangel Reis procurou deixar claro que o governo federal quer transferir uma boa parte das responsabilidades pela execução desses planos de desenvolvimento, que envolvem 68 bilhões de cruzeiros até o fim da década (48 bilhões de recursos e investimen-

tos já alocados ou previstos, mais 20 bilhões para a implantação da usina de alumínio da Albrás, ainda dependendo de decisão), aos governos estaduais. Mas poderiam eles aceitar automaticamente essas tarefas, incorporando-as já definidas e prontas? Teriam mesmo condições de suportar os encargos?

Os recursos a serem aplicados na Amazônia em cinco anos (um pouco mais do que o atual orçamento da União) e a numerosa — mas pouco diversificada — quantidade de planos, projetos e programas a ela dependentes contrastam com a difi-

cil situação dos governos locais e nem sempre correspondem às aspirações regionais, que eles representam com maior legitimidade que o poder central. O programa de ação do governo federal, orientado por dois documentos específicos para a Amazônia (o PDA e o Polamazônia), pode ter suas origens "nos interesses da economia nacional", como disse o governador do Pará, Aloysio Chaves, mas a União não fez um esforço sério e profundo para saber se esses interesses correspondem aos interesses regionais e os realizam.

Modelo ignora a realidade

Apesar de o modelo de desenvolvimento proposto para a Amazônia não ser "um banal modelo primário", ele concentra todas as prioridades em setores econômicos de mercado externo e dá pouca importância a outros setores que se desenvolvem há mais tempo na região, têm raízes nela e lhe são imediatamente de maior vitalidade. Por causa disso, a Amazônia poderá crescer, mas permanecerá os problemas sociais que atingem as populações que exercem atividades nos setores que a União classificou de não prioritários. No seu longo discurso, ouvindo com atenção e alguns sintomas de irritação por membros do Ministério do Interior, Aloysio Chaves mostrou que em 1970 estavam ocupados no setor primário 56% dos habitantes da região e que há 66.500 trabalhadores ainda dependentes do extrativismo (incluindo as famílias, o número sobre a 1,5 milhão de pessoas). Apesar dessa atividade tradicional estar destinada pelos planos oficiais a um lento desaparecimento, forçado pela modernização compulsoria e rápida, Aloysio Chaves lembrou que "está em jogo o bem-estar dessa população".

Ao mesmo tempo que dedicam lealdade à União, os governos estaduais têm compromissos para com a população local. Por isso, Aloysio Chaves acha que cabe aos governos regionais compensar as "distorções infra-setoriais" provocadas pelo modelo econômico proposto pelo poder central com a realização de políticas de bem-estar social. Mas as distorções que serão criadas pelo plano quinquenal que começa a ser aplicado, juntam-se outras historicamente acumuladas. Apesar de alguns indicadores aparentes de riqueza, o estado do Pará — o mais importante e o mais beneficiado da região amazônica — continua a "atrasar-se em relação à economia nacional". De 1965 a 1972, "acentuou-se a distância entre a economia brasileira e a amazônica", garantiu o governador.

Propôs, por isso, a adoção de "medidas corajosas" para impedir que essa distância inter-regional "cresça velozmente", como os indicadores parecem prever. Essas medidas têm que ser tomadas em sua maior parte pelo poder central, porque a administração local, além de ter ficado inativo durante muito tempo (ela nada fez para evitar a grande deterioração dos termos de troca da região

com o mercado internacional, entre 1961/68), não tem controle sobre os mais importantes e numerosos instrumentos de ação: não controla o câmbio e a oferta de dinheiro, as barreiras alfandegárias que protegem os Estados foram extintas, a maior e mais rendosa parcela dos impostos e taxas destina-se à União, que monopoliza a política salarial, detém os direitos de concessão para pesquisa e lavra mineral, controla os sistemas de transporte e telecomunicações, etc. Para os Estados, restaram as tarefas de orientar a despesa pública ("tarefa importante para os estados ricos, mas que pouco significa para os pobres") e realizar os programas sociais, os mais arduos.

Eles têm, portanto, mais uma subsidiária à da União, "quase sempre de índole executiva". Evitando discutir o mérito dessa divisão de responsabilidade ("não vem ao caso indagar se ela é ideal"), o governador do Pará preferiu ressaltar que a programação dos Estados tem que levar em conta sua "estrita limitação". Ainda assim, lhe compete propor ao poder central programas específicos, como os que o próprio Aloysio Chaves apresentou na ocasião para serem incluídos no Polamazônia, apesar de o plano federal já ter tido seu trabalho de detalhamento concluído (os técnicos do governo paraense não tiveram mais que cinco dias para lê-lo e comentá-lo). Deixou implícito que os Estados transferem à União responsabilidades que normalmente poderiam ser suas, porque não têm condições de realizar o que se propõem.

Mesmo não podendo executar tarefas assumidas pela União, o governador reservou críticas bastante contundentes ao modelo criado para a Amazônia. As colocações feitas por Aloysio Chaves levantavam elegantes dúvidas sobre a possibilidade de os mecanismos de correção previstos pelo modelo para evitar que ocorram as distorções e desequilíbrios que ele próprio engendra, conseguir realmente funcionar. Um desses desequilíbrios será a concentração da renda e seu refluxo para regiões situadas fora da Amazônia e de onde partem todos os investimentos, já que a região não dispõe de poupanças próprias para desenvolver-se. Ao pedir "medidas corretivas adequadas" o governador parecia por em dúvida que essa correção consista efetivamente evitar a sangria financeira da Amazônia. Tam-

bém demonstrou sua preocupação com a destruição do meio ambiente devido ao esforço muito rápido e amplo do governo de modernizar a região.

Por fim, reconheceu que o governo estadual não está preparado para acompanhar o ritmo de atividades criado pelo poder central. Com um déficit orçamentário que este ano atingirá a 150 milhões de cruzeiros e uma arrecadação que sobe muito lentamente (a renda tributária, por exemplo, que representa 33% da renda total, era de 133 milhões de cruzeiros em 1962 e de 200 milhões em 1974, o governo do Pará praticamente nada pode fazer. Só com os empréstimos já tomados no exterior, ele é obrigado a pagar 40 milhões de cruzeiros mensais. Por isso, a capacidade de pagamento externo do Estado "encontra-se fraca". Chaves classificou de "uma felicidade" a situação financeira do Estado não ter retornado ao nível precário e crítico da segunda guerra mundial, quando a situação era de virtual insolvência (a própria população de Belém diminuiu na década de 40), mas assegurou que a situação atual é a mais crítica desde 1964, "quando a Revolução foi feita para a restauração da administração pública".

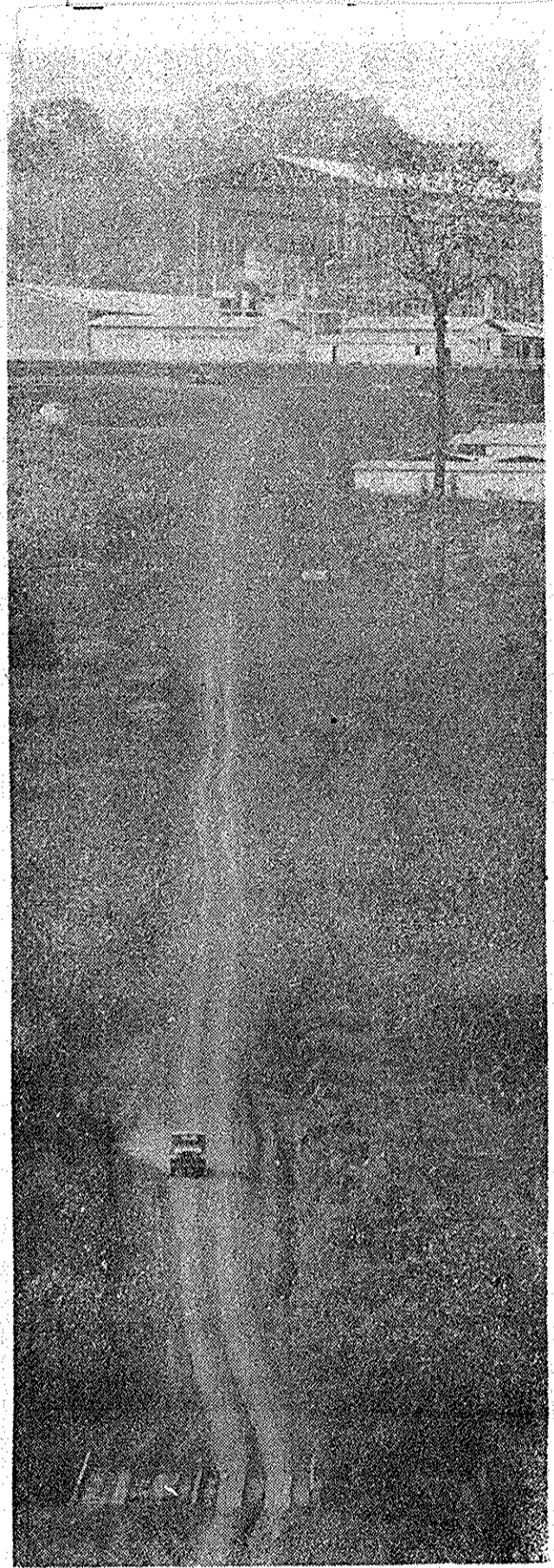
Com menos convicção, o vice-governador do Amazonas, João Bosco, acompanhou algumas das críticas do governador do Pará. Ele expressou o ressentimento do Amazonas em ser pouco ouvido quando se fazem planos para o desenvolvimento da Amazônia e disse só ter recebido "a descrição" do polo Jurua-Solimões, o mais importante reservado pelo Polamazônia para o Estado do Amazonas, quarta-feira desta semana. Nessas condições, quase nenhuma contribuição poderia apresentar. Mas, prudentemente, pediu que na elaboração do projeto-piloto para o aproveitamento das várzeas amazônicas, atualmente na pré-qualificação das empresas interessadas em elaborá-lo, fossem consideradas as preocupações ecológicas, algumas das quais contidas em planos que nesse sentido foram feitos pelo Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia, sediado em Manaus, e pelo governo amazonense.

Ao ser concluído, o encontro demonstrou, além da necessidade de repeti-lo mais frequentemente (semestralmente, segundo a proposta do ministro Rangel Reis, "para que se ava-

lie a execução dos programas"), que há muita distância entre os propósitos oficiais de dar mais poder aos Estados e a realidade do esvaziamento político, administrativo e econômico desses Estados. Uma região que recebe 68 bilhões de cruzeiros em recursos financeiros, um acervo impressionante de estudos e uma atenção especial e ainda assim mostra-se pouco disposta a uma concordância automática e passiva deve ser considerada como injusta? Seria uma classificação ainda mais injusta. Estando o poder de decisão transformado em monopólio virtual da União, sua aspiração de tornar fortes os Estados e os governos que os representam apenas reflete um objetivo político de curta perspectiva.

Como ressaltou o governador Aloysio Chaves, os Estados não poderão agir e nem mesmo acompanhar a União porque estão de mãos atadas. Essa impossibilidade de utilizar instrumentos de ação capazes de dar solução aos problemas e a avolumação crescente de situações difíceis torna os governos estaduais tímidos e prudentes. Talvez seja essa a explicação para o estranho fato de que dois dos cinco governantes da área (e justamente os mais expressivos) tenham assinado a "Ata de Belém", que cria um grande plano de habitação popular na Amazônia, até agora inexistente, com algumas reservas, mesmo depois do presidente do Banco Nacional de Habitação ter procurado demonstrar em sua palestra que todas as condições oferecidas pela União favorecem aos Estados e diminui seus encargos. Antes de assinarem o documento, os governadores do Pará e Amazonas fizeram algumas observações e pediram que o prazo para a apresentação dos programas que receberão os recursos do BNH fosse ampliado de 60 para 90 dias.

A Amazônia vive uma fase de transição entre a estrutura herdada do passado e a modernização que o governo quer realizar. "O futuro nunca pareceu tão brilhante quanto os problemas difíceis", disse o vice-governador do Amazonas, sem a intenção de estar fazendo uma observação crítica. O brilho vai por conta dos planos, a dificuldade resulta da realidade. Se o governo conseguir unir as duas dimensões, estará realizando um pouco mais do que o crescimento econômico: estará desenvolvendo a região.



Estradas, um exemplo da impossibilidade?

Uso da terra, um problema imediato

A julgar pelos pronunciamentos de seus governantes, um dos maiores problemas que a Amazônia enfrenta atualmente diz respeito à terra, seu uso, posse e propriedade. O vice-governador do Amazonas, João Bosco, acusou alguns empresários de, embora obtendo incentivos financeiros, não aplicar os projetos nas áreas que receberiam. Disse que entre 1968 e 69, o Amazonas concedeu 600 títulos definitivos, para áreas com 3 mil hectares, em cinco municípios do Estado, mas a maioria dos proprietários "está esperando que essas terras se valorizem ainda mais, para vendê-las".

O vice-governador considerou como o mais "sério embaraço" às ações destinadas a modificar o setor agrícola do Estado "o fato de os 100 quilômetros marginais às rodovias federais terem passado ao controle da União. Fernando Ramos Pereira, de Roraima, protestou contra os poucos recursos destinados ao Território pelo Banco da Amazônia (Cr\$ 32 milhões no próximo quinquênio), mas recebeu como resposta do presidente do Basa a explicação de que a impossibilidade de o banco assegurar por hipoteca o crédito concedido aos produtores rurais impede a liberação de mais re-

ursos. Por isso, o governador pretende legitimar a posse de áreas já ocupadas.

Numa nova tentativa de acabar com a disputa pela posse da terra em Minas Gerais, principalmente na região Norte e nos vales dos rios Doce, Mucuri e Jequitinhonha, o governo do Estado prorrogou por mais um ano a vigência da lei 6.177, que concede incentivos à legitimação de terras devolutas. O preço do hectare, por exemplo, foi fixado simbolicamente em Cr\$ 17.500, contra Cr\$ 2 mil de valor venal.

Só poderão beneficiar-se da lei e seus incentivos, porém, os agricultores que cultivarem

a terra há mais de cinco anos e a gleba deve estar cadastrada no Incra. Atendendo a essas exigências, 2.600 requerimentos foram apresentados à Ruralminas, dos quais 2.100 completaram sua tramitação e receberam títulos correspondentes a uma área de 235 mil hectares. Só este ano, 1.348 processos foram encaminhados, englobando 115 mil hectares. No período de prorrogação (até 15 de maio de 1976), a Ruralminas espera regularizar definitivamente todas as terras devolutas do Estado, inclusive a fazenda Ramalhuado Martires, onde 3.082 posseiros disputam 83 mil alqueires.